

CULTURA**Gabinete da Ministra da Cultura****Despacho n.º 9043/2024**

Sumário: Designa o licenciado Rui Manuel Cartaxo Machado para exercer o cargo de diretor da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., em regime de comissão de serviço.

Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, os membros do conselho diretivo são designados por despacho do membro do Governo da respetiva tutela, na sequência de procedimento concursal ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública;

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, determina que os titulares dos cargos de direção superior da Administração Pública são recrutados, por procedimento concursal, conduzido pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP);

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, a Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P. (Cinemateca, I. P.), é dirigida por um diretor, coadjuvado por um subdiretor, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente;

Considerando que a CReSAP procedeu à abertura do procedimento concursal n.º 1449_CReSAP_65_09/23 a 27 de novembro de 2023, com vista ao preenchimento do cargo de diretor da Cinemateca, I. P., conforme o Aviso (extrato) n.º 22767/2023, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 24 de novembro de 2023;

Considerando que após conclusão dos métodos de seleção do referido procedimento concursal, o júri da CReSAP não encontrou três candidatos aptos a integrar uma proposta de designação, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, pelo que procedeu, nos termos do n.º 9 do mesmo artigo, a 23 de maio de 2024, à repetição do aviso de abertura pelo procedimento concursal com o n.º 1494_CReSAP_65_09/23, conforme o Aviso (extrato) n.º 10946/2024/2, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 22 de maio;

Considerando que, a 22 de julho de 2024, o júri apresentou à Ministra da Cultura proposta de designação, com três candidatas, e respetivos fundamentos para a sua escolha;

Considerando os resultados obtidos no referido procedimento concursal, e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, que considerou que Rui Manuel Cartaxo Machado, um dos três candidatos propostos, demonstrou ter um perfil com correspondência aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, atribuindo-lhe a avaliação de Adequado para o cargo de diretor da Cinemateca, I. P.;

Assim:

Na sequência de procedimento concursal e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2010, de 7 de junho, e repristinado pelo artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e nos n.ºs 12, 15 e 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de cinco anos, para exercer o cargo de diretor da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., o licenciado Rui Manuel Cartaxo Machado, técnico superior pertencente ao mapa de pessoal deste instituto público, cujo currículo académico e profissional, em anexo ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos a 16 de agosto de 2024.

2 de agosto de 2024. — A Ministra da Cultura, Maria Dalila Aguiar Rodrigues.

ANEXO**Nota curricular**

Dados pessoais:

Nome: Rui Manuel Cartaxo Machado.

Data de nascimento: 1 de agosto de 1970.

É licenciado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, desde junho de 1994, com especialização nas áreas de Marketing e Finanças.

Em 1990, começou a desempenhar funções de técnico de conservação (em regime de part-time) na Cinemateca Portuguesa, na antiga Divisão de Arquivo, até à conclusão da licenciatura, tendo a partir daí a trabalhado a tempo inteiro.

De julho de 1995 a novembro de 1996, desempenhou as funções de assistente de *marketing*, na Agfa Gevaert, L.^{da}, mais especificamente na área de Business Group Photo, tendo colaborado com o diretor daquela área de negócio na definição da política de *marketing* para o mercado nacional.

Em março de 1997, regressou à Cinemateca, ao Departamento ANIM, onde voltou a desempenhar as funções de técnico de conservação e preservação fílmica, trabalhando na identificação da coleção em suporte película e na gestão dos programas de preservação anuais.

Em junho de 2000, passou a coordenar toda a área técnica do Departamento ANIM, com as funções de coordenação e gestão funcional da atividade corrente dos setores técnicos de conservação, identificação, revisão, preservação e restauro.

Em abril de 2006, foi nomeado pelo diretor da Cinemateca Portuguesa, João Bénard da Costa, para chefe interino do Departamento ANIM, com a formalização do cargo em regime de comissão de serviço a partir de fevereiro de 2009, após concurso público. As funções desempenhadas traduziram-se na chefia, coordenação e controlo de todo o trabalho interno do Departamento ANIM, sob supervisão da Direção da Cinemateca Portuguesa, assegurando o cumprimento das prioridades estabelecidas superiormente a cada momento, incluindo a elaboração de propostas de planos de preservação anuais sujeitos a aprovação, bem como coordenação em conjunto com a Direção do Departamento de Exposição Permanente das atividades da Cinemateca Portuguesa em que ambos os Serviços estivessem envolvidos, e também o acompanhamento de todos os «projetos especiais» desenvolvidos no âmbito das funções estatutárias definidas legalmente (Formação, Investigação, Cooperação, Edição).

Em fevereiro de 2014, após concurso público, foi nomeado subdiretor da Cinemateca Portuguesa, em regime de comissão de serviço, a qual foi renovada em fevereiro de 2019, assumindo desde essa data todas as atividades e responsabilidades, designadamente as previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, que aprova a orgânica da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P.

No início da primeira comissão de serviço elaborou, juntamente com o diretor da Cinemateca, um documento estratégico difundido publicamente no início desta direção em 2014 e que enunciava as opções estratégicas e novos projetos de atividade, intitulado «A Cinemateca em contexto de Mudança» (disponível em <https://www.cinemateca.pt/CinematecaSite/media/Documentos/Dia-do-Patrimonio-Conferencia-de-Imprensa.pdf>).

Por delegação do diretor, supervisionou toda a atividade desempenhada por um dos dois departamentos da Cinemateca, o departamento ANIM, no âmbito das funções e responsabilidades descritas nos estatutos da Cinemateca, nomeadamente na salvaguarda de todo o património cinematográfico (nacional e internacional) à sua guarda, incluindo a sua prospeção, conhecimento, conservação, preservação, digitalização, acesso e difusão pública.

Também por delegação do seu diretor, supervisiona toda a atividade associada ao orçamento, incluindo a sua preparação anual, em diálogo direto com a elaboração dos planos de atividades, QUAR e mapa de pessoal, bem como a sua execução, monitorização e controlo.

É responsável pela execução e monitorização de diversos projetos financiados ou cofinanciados em que a Cinemateca tem um papel ativo, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Por delegação do diretor, tem sido o elemento da direção da Cinemateca mais diretamente envolvido com o Plano Nacional de Cinema, desde o seu início. Este plano trata-se de uma iniciativa conjunta das áreas governativas da Cultura e da Educação, operacionalizada pela Direção-Geral da Educação (DGE), pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e pela Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema (CP-MC), ao abrigo do Despacho n.º 65/2022, de 5 de janeiro.

Desde 2020, desempenha o cargo de membro do Comité Executivo da Association des Cinémathèques Européennes (ACE), com renovação desse cargo em 2022 e 2024, todas as designações através de votação dos respetivos associados.

Em maio de 2024, foi designado diretor da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I. P., em regime de substituição, pela Ministra da Cultura.

317994024